



**15 DE JULHO DE 2016**

**Sexta-feira**

- GOVERNO VAI INSISTIR EM ABRIR SETOR AÉREO A EMPRESAS ESTRANGEIRAS
- DONA DA DUNLOP VAI INVESTIR R\$ 487 MILHÕES EM FÁBRICA NA REGIÃO DE CURITIBA
- ABRACICLO PEDE AJUDA AO MDIC PARA EXPORTAR MAIS
- ANFIR REVISA E MELHORA PROJEÇÕES PARA O ANO
- EMBRACO CONQUISTA CERTIFICAÇÃO PARA FORNECER AO SETOR AUTOMOTIVO
- JAGUAR LAND ROVER TESTARÁ TECNOLOGIAS AUTÔNOMAS
- HONDA INVESTE R\$ 75 MILHÕES EM MANAUS
- SINAIS MISTOS SOBRE A ECONOMIA INDICAM SAÍDA DA RECESSÃO
- GOVERNO TRABALHA COM AUMENTO DE TRIBUTOS PARA ENGROSSAR RECEITAS EM R\$ 8 BILHÕES EM 2017
- POSSÍVEL ALTA TRIBUTÁRIA DIFICULTA PLANO DAS EMPRESAS E DEVE ELEVAR CUSTOS
- GOVERNO E ESPECIALISTAS DISCORDAM SOBRE VENDAS DE VEÍCULOS
- 6 CARROS MOVIDOS A ENERGIA SOLAR QUE ESTÃO PRESTES A GANHAR AS RUAS
- ECONOMISTA DEFENDE REFORMA TRIBUTÁRIA PARA GERAR EMPREGOS NO SETOR PRODUTIVO
- ARTIGO: LUCRO NÃO É CAPRICHIO
- CRISE DOS CORREIOS PODE DEIXAR CARTAS MAIS CARAS
- PAÍS PRECISA DE LOGÍSTICA ADEQUADA PARA DIMINUIR CUSTOS, DIZ MOREIRA FRANCO
- SINAIS MISTOS SOBRE A ECONOMIA INDICAM SAÍDA DA RECESSÃO
- “EFEITO TEMER” AINDA TEM INFLUÊNCIA LIMITADA SOBRE A ECONOMIA
- FMI DEVE ABAIXAR PERSPECTIVA DE CRESCIMENTO GLOBAL EM 2016
- POSSÍVEL ALTA TRIBUTÁRIA DIFICULTA PLANO DAS EMPRESAS E DEVE ELEVAR CUSTOS
- GOLPE DO E-MAIL PROVOCA ESTRAGO FINANCEIRO NAS PMES
- ESTUDO REVELA FALTA DE PREPARO DE LIDERANÇAS AO LIDAR COM CRISE

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 15/07/2016</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,273	3,274
<b>Euro</b>	3,619	3,621

**Fonte: BACEN**

## **Governo vai insistir em abrir setor aéreo a empresas estrangeiras**

15/07/2016 – Gazeta do Povo



O ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella, disse que o governo deve enviar uma nova medida provisória (MP) ou projeto de lei ao Congresso para elevar para até 100% o limite de participação de empresas estrangeiras em empresas aéreas. "O governo mantém a convicção de que a abertura de capital deve ser enfrentada. É bom para o país e para a aviação civil brasileira", afirmou.

O ministro disse que o governo se comprometeu a vetar o trecho da medida provisória que permitiria essa elevação, mantendo o percentual atual, de até 20%, mas ressaltou que a discussão será retomada. "A intenção do governo é enviar uma nova MP ou projeto de lei para que o Senado faça o debate e exerça sua autonomia de decidir. Vamos insistir em 100%", afirmou.

Quintella defendeu também o projeto que limita a 12% a alíquota de ICMS sobre o querosene de aviação, que deve ser votado pelo Senado em agosto. "O querosene é o principal insumo da operação aeroportuária e é o que gera maior impacto no custo das empresas. Na prática, o mundo não cobra imposto sobre querosene para aviação interna. O governo está tentando aproximar o País da realidade internacional e ser mais competitivo", afirmou.

Para o ministro, o ideal seria que o ICMS cobrado sobre o insumo fosse o menor possível. Ele reconheceu, porém, que a redução do imposto pode prejudicar a situação financeira dos Estados. "Acho que 12% já aliviaria bastante e seria uma vitória muito grande da aviação civil brasileira", afirmou.

Sobre as críticas do governo de São Paulo, que cobra 25% e é contra o projeto, o ministro disse que o Estado pode ser compensado de outras formas, com mais linhas e recursos para investimentos. "São Paulo detém o maior volume de operações de voos e é o mais importante para que haja redução."

## **Satisfação**

O governo divulgou hoje os resultados da Pesquisa Permanente de Satisfação do Passageiro relativos aos aeroportos no segundo trimestre deste ano. A aprovação nos 15 principais aeroportos do País foi de 86%, com nota de 4,16, numa escala de 1 a 5. O mais bem avaliado foi o de Curitiba (PR), com nota de 4,64, seguido por Santos Dumont (RJ), com 4,44; Guarulhos (SP), com 4,40; Recife (PE), com 4,36; e Campinas (SP), com 4,34.

Em relação ao segundo trimestre do ano passado, os aeroportos que mais evoluíram foram os de Guarulhos, com alta de 8,8%, e Santos Dumont, com 8,6%. Na média, os 15 aeroportos evoluíram 1,7%. Na época, os aeroportos tiveram nota de 4,09. Ao todo, 13.452 pessoas foram entrevistadas e avaliaram 38 quesitos, como limpeza do aeroporto, tempo de fila de aduana, disponibilidade de assentos na sala de embarque, qualidade da internet/Wi-Fi e disponibilidade de vagas no estacionamento, entre outros.

O ministro reconheceu que a operação padrão dos servidores da Receita prejudica os aeroportos e preocupa o governo. "Isso está sendo negociado com o Ministério do Planejamento e esperamos que seja resolvido o mais rápido possível para não termos impacto na Olimpíada", afirmou.

Quintella ressaltou que os aeroportos brasileiros estão preparados para os Jogos Olímpicos. "Estamos muito tranquilos sobre a operação na Olimpíada."

## **Dona da Dunlop vai investir R\$ 487 milhões em fábrica na região de Curitiba**

15/07/2016 – Gazeta do Povo



Três anos depois de inaugurar sua fábrica em Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba, a japonesa Sumitomo Rubber anunciou um novo investimento que vai elevar a produção da unidade brasileira. Serão aplicados R\$ 487 milhões na ampliação da linha de pneus para veículos de passeio e a construção de uma fábrica de pneus para caminhões.

A Sumitomo produz no Brasil os pneus com a marca Dunlop e precisou de apenas três anos para atingir sua capacidade máxima de produção. Resultado de um investimento de R\$ 750 milhões, a planta inaugurada em 2013 fabrica 15 mil unidades por dia e escapou da crise que afeta o setor automotivo brasileiro.

Ela começou a operação no país para atender o mercado de reposição, que sente menos a recessão. Ao mesmo tempo, a companhia garimpou os primeiros contratos para o fornecimento para montadoras, que respondem hoje por 10% das vendas.

O presidente da Sumitomo no Brasil, Shizuma Kubota, explica que o pacote de R\$ 487 milhões engloba R\$ 175 milhões para a ampliação da fábrica de pneus de passeio. Sua capacidade passará de 15 mil para 18 mil unidades por dia.

Outros R\$ 104 milhões serão usados na construção da infraestrutura da nova planta de pneus para caminhões e R\$ 208 milhões na compra de equipamentos para essa unidade. O plano prevê a fabricação de 500 pneus de carga por dia, número que pode ser ampliado de acordo com a demanda do mercado.

A fábrica paranaense se concentra no atendimento ao mercado interno, mas já faz as primeiras exportações. São enviados 25 mil pneus por mês para países da América do Sul, como Argentina, Chile e Colômbia. Atualmente, quase todos os pneus de passeio vendidos pela companhia no Brasil são produzidos na fábrica paranaense, que responde por 90% das vendas da marca no país.

O investimento permitirá a nacionalização de pneus de carga, que atualmente são importados, já com o uso da tecnologia Sun System, que evita emendas no processo produtivo.

A construção da nova fábrica começará em março de 2017 e levará dois anos até sua conclusão. Serão gerados 160 empregos até 2020, ampliando o quadro que hoje conta com 1,2 mil funcionários.

### **Abraciclo pede ajuda ao MDIC para exportar mais**

15/07/2016 – Gazeta do Povo



Os representantes da Abraciclo procuraram o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) para aumentar as exportações de motos. A associação que reúne os fabricantes instalados em Manaus (AM) procura alternativas para ampliar os embarques em 8,5% neste ano e atingir US\$ 200 milhões em vendas, com 75 mil unidades.

A reunião no MDIC ocorreu um dia depois de a Abraciclo realizar uma entrevista coletiva em que divulgou a projeção de 70 mil unidades para o mercado externo até o fim do ano (veja [aqui](#)).

No MDIC, o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian, defendeu o fortalecimento de pequenas e médias empresas de motopeças, melhoria de infraestrutura para escoamento da produção e revisão dos Processos Produtivos Básicos (PPBs), um conjunto de regras aplicado a quem produz em Manaus e diz respeito aos índices de nacionalização conforme a cilindrada e volume de produção.

Para estudar as medidas, o ministro Marcos Pereira determinou que a Abraciclo seja incluída no Grupo Técnico Permanente para o incremento da competitividade da Zona Franca de Manaus como plataforma de exportação (GT-ZFM). O Grupo foi criado em 2015 e é coordenado pela Secretaria-Executiva do MDIC.

O Brasil nunca foi um grande exportador de motocicletas. No melhor ano, 2005, o País enviou 184,6 mil unidades ao exterior. No primeiro semestre de 2016 os embarques totalizaram 31,1 mil unidades e registraram alta de 70,7% sobre o mesmo período do ano passado por causa da retomada nos negócios com a Argentina.

O país vizinho é o principal mercado externo para o setor de duas rodas, seguido pela Colômbia, Peru, Estados Unidos e Chile. O setor de duas rodas representa 16,5% do faturamento do Polo Industrial de Manaus e em abril empregava 14 mil trabalhadores, mas pode fechar até 2 mil vagas este ano.

## Anfir revisa e melhora projeções para o ano

15/07/2016 – Automotive Business



Com o fechamento do primeiro semestre, a Anfir revisou e melhorou as projeções de vendas do setor para o ano, embora ainda espere queda com relação a 2015. A entidade que reúne as fabricantes de implementos rodoviários estima que em 2016 devam ser emplacados cerca de 69,3 mil unidades, o que representaria redução de 21,4% no comparativo anual.

Em sua primeira previsão feita em abril as empresas apontavam para vendas de 56,6 mil unidades neste ano, que se confirmada, representaria queda de 36% sobre 2015 (leia [aqui](#)).

As novas projeções resultam, entre outros fatores, da análise do desempenho do setor que aponta certa estabilização no índice de queda dos emplacamentos. No primeiro semestre houve retração de 30,6% na comparação com o mesmo período do ano passado, a mesma queda registrada nas vendas acumuladas até maio. Considerando sempre os acumulados, até abril esta queda foi de 31%, enquanto no primeiro trimestre o registro negativo foi de 32,4%. Já no primeiro bimestre a retração estava no nível de 36,2%.

### SEGMENTOS

A retração do mercado é mais expressiva no segmento implementos leves, que abrange carroceria sobre chassis. Nos seis primeiros meses do ano, as vendas destes produtos totalizaram 19,2 mil unidades contra as 31,2 mil registradas no mesmo período de 2015, queda de 38,4%.

Já no setor de pesados - reboque e semirreboques - a retração foi de 13,9%, com o total de 12,6 mil unidades emplacadas sobre as 14,6 mil de um ano atrás.

“Em termos de volume de negócios a queda do setor pesado é muito mais impactante do que o de leve devido ao maior valor dos produtos”, explica Mario Rinaldi, diretor executivo da Anfir.

### EXPORTAÇÕES

Assim como na economia do País, as exportações da indústria de implementos rodoviários também seguem em ritmo crescente. De janeiro a junho, o setor vendeu pouco mais de 1,8 mil unidades a mercados no exterior, resultando em crescimento de 27,2% sobre iguais meses de 2015.

A atividade deve se acentuar neste segundo semestre uma vez que a Anfir a partir de sua parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) firmada em março deste ano pretende ampliar a atuação de suas associadas por meio do Projeto Vendedor está realizando missões em diferentes mercados do hemisfério sul a fim de ampliar a gama de clientes.

Na primeira missão realizada no fim de junho na Colômbia, o projeto reuniu na capital Bogotá cerca de cem reuniões entre 14 fabricantes brasileiros de implementos e potenciais compradores naquele país.



Segundo o presidente da Anfir, Alcides Braga, cada empresa teve em média sete encontros durante os dois dias de rodadas de negócio: "A expectativa é que os negócios que poderão ser concretizados atinjam o valor de US\$ 8 milhões. Os empresários captaram informações estratégicas importantes como as medidas e modelos mais utilizados no mercado local que servirão de base para futuras ações comerciais."

O próximo destino é o Chile onde 15 empresas participarão da comitiva comercial, e posteriormente, no Peru, com sete companhias brasileiras focadas no setor de mineração. O projeto também estuda a vinda de potenciais compradores para um encontro no Brasil, para conhecer as instalações das principais fabricantes do setor, mas ainda sem data marcada.

### **Embraco conquista certificação para fornecer ao setor automotivo**

15/07/2016 – Automotive Business

A Embraco, fabricante de compressores herméticos para refrigeração, foi certificada para fornecer peças e componentes fundidos ao setor automotivo globalmente. A empresa recebeu a ISO/TS 16949, que indica atendimento aos requisitos mínimos de qualidade, entrega e custos. A conquista abre oportunidades no setor automotivo e converge com o plano de expansão da companhia até 2020, com modernização da fábrica e aumento da capacidade produtiva até 2018.

Com esta estrutura, a organização aponta que pretende atender mercados emergentes, além de setores da economia nacional. A fundição da companhia fica em Joinville (SC) e é responsável pela produção de blocos e eixos para compressores, componentes automotivos, para a construção civil, indústria ferroviária e de energia eólica. Inaugurada em 1998 inicialmente para atender a Embraco, a unidade tem 274 funcionários e capacidade para produzir 52 mil toneladas por ano.

A empresa tem 11 mil funcionários no mundo. Além do Brasil, há escritórios em países como China, Itália, Eslováquia, México, Estados Unidos e Rússia

### **Jaguar Land Rover testará tecnologias autônomas**

15/07/2016 – Automotive Business



A Jaguar Land Rover planeja criar uma frota de mais de 100 veículos de pesquisa nos próximos quatro anos para desenvolver e testar tecnologias de condução conectada e autônoma (Connected Autonomous Vehicle, CAV). Os primeiros testes estão programados para este ano em um percurso de 66 quilômetros em estradas e vias urbanas em torno de Coventry e Solihull, onde estão as duas fábricas da empresa.

Os testes iniciais envolverão tecnologias que permitem a comunicação de veículo para veículo, emitindo alertas sobre interferências em rodovias, canteiros de obras e semáforos, entre outros. O compartilhamento de informações entre dois ou mais veículos permitirá, no futuro, que ações como mudança de faixas e tráfego em cruzamentos sejam realizadas de forma fácil e mais segura.

"Estamos desenvolvendo uma gama de tecnologias tanto para o carro dirigido como para o autônomo. Todas servirão para melhorar o tráfego, evitar congestionamentos e reduzir o potencial de acidentes", afirma o chefe de pesquisa da Jaguar Land Rover, Tony Harper. "Também queremos dar aos motoristas a possibilidade de decidir o quanto de assistência eles necessitam", recorda Harper.

Entre os desenvolvimentos está o Roadwork Assist, que com a ajuda de câmeras estéreo pode visualizar em 3D a estrada à frente e, em conjunto com um software avançado de processamento de imagem, consegue reconhecer cones e barreiras.

O sistema detecta a aproximação de um trecho em obras, identifica o caminho ideal e mais seguro entre lugares em construção e contrafluxos, além de informar o condutor que existe uma situação de risco adiante.

"Dirigir por estradas congestionadas pode ser estressante para muitas pessoas, especialmente quando as pistas são estreitas, se há necessidade de uma mudança para o outro lado da estrada e se a sinalização da via é ruim ou inexistente. Para superar tudo isso nosso sistema-protótipo irá guiar o veículo para o centro da pista estreita, reduzindo o estresse do motorista", afirma o chefe de pesquisa.

Outra tecnologia em teste é a Safe Pullaway, capaz de evitar pequenas batidas em baixa velocidade (quando se dirige em lugares congestionados ou em garagens apertadas). O sistema também se vale de uma câmera estéreo para monitorar a área imediatamente à frente.

Se outros veículos ou colunas e paredes são detectados, o sistema avalia os níveis de aceleração do carro ou mesmo a marcha atual, analisa essas informações, julga se há risco de colisão e aciona os freios se preciso, enviando um aviso sonoro de perigo ao motorista.

O Over the Horizon Warning também compõe o projeto de pesquisa com dispositivos que usam sinais de rádio para transmitir dados relevantes de um veículo para outro. Se os carros forem capazes de se comunicar de forma independente, motoristas e veículos autônomos poderão ser avisados dos perigos e obstáculos ao longo do caminho ou em curvas cegas.

"O Over The Horizon vai permitir uma condução mais segura e capaz de ajudar a evitar engarrafamentos e acidentes. Fornecendo a informação no momento certo ele ajudará a permitir uma tomada de decisão mais segura, seja o veículo guiado de forma autônoma ou não", diz Harper.

Com o sistema, um veículo trafegando muito lentamente ou mesmo parado numa via informaria outros veículos ao seu redor sobre seu estado e esse dado seria utilizado pelos demais a fim de evitar acidentes.

Já o Emergency Vehicle Warning permite que ambulâncias, carros de polícia ou de bombeiros se comuniquem com outros veículos na estrada. Essa transmissão de informações permitirá que os demais condutores liberem o tráfego para emergência ou tomem decisões com maior antecedência antes mesmo de ouvir as sirenes ou visualizar as luzes de alerta de uma ambulância, o que tornaria a situação mais segura para todos.

## **Honda investe R\$ 75 milhões em Manaus**

15/07/2016 – CIMM

A Honda investiu R\$ 75 milhões em duas novas operações dentro de sua unidade de Manaus (AM). O aporte serviu para a produção de camisas de cilindro e também para a fabricação de tubos de aço. O processo para confecção das camisas é chamado *spin*

*casting*. Utiliza o forno de fusão de aço e a fundição centrífuga, transformando a matéria-prima em camisas.

Quando extraídas do molde, elas são cortadas e usinadas. Segundo a Honda, a utilização dessa técnica produtiva faz com que as camisas melhorem o rendimento do motor. Já a linha de tubos serve para abastecer a produção de chassis para motos, quadriciclos e berços de motores estacionários.

Os dois processos aumentaram a verticalização da produção em Manaus. Nos investimentos mais recentes, a Honda já havia renovado os equipamentos de fundição das rodas de alumínio e para soldagem dos chassis.

## **Sinais mistos sobre a economia indicam saída da recessão**

15/07/2016 – Folha de S. Paulo

A divulgação de sinais ora positivos, ora negativos, tem levado analistas a acreditar que a economia caminha rumo à saída da recessão.

O indicador que monitora a atividade econômica, calculado pelo BC e divulgado nesta quinta (14), seguiu com sinal negativo: queda de 0,51% em maio, ante abril.

Mas a ladeira já foi mais íngreme, avaliam economistas, o que indica que o fundo do poço está próximo, e a recessão, perto do fim.

Maio foi um mês ruim para alguns setores da economia: as vendas do varejo recuaram 1% ante abril, o setor de serviços murchou 0,1%.

Nada fora do programa, segundo o economista-chefe do Santander, Maurício Molan. "Com a depreciação do câmbio [o real caiu ante ao dólar] e a piora do mercado de trabalho, a retomada das exportações e dos investimentos sairá na frente da do consumo", diz.

"A indústria e o setor agrícola se recuperarão antes dos serviços. É o script da retomada", acrescenta.

Algumas evidências deixam o economista mais seguro da retomada. A principal delas é a confiança de investidores, empresários e consumidores.

Segundo Molan, a confiança apareceu primeiro nos indicadores financeiros. A Bolsa acumula alta de quase 30% neste ano, o risco-país cedeu de um patamar próximo de 500 em janeiro para 292 pontos, e a taxa de juros de longo prazo (com vencimento em 2021) caiu de 16,5% para 12,5% ao ano.

Isso faz com que o custo financeiro das empresas diminua e aumente a sensação de riqueza entre os investidores do mercado financeiro.

"O padrão histórico mostra que leva de três a seis meses para a confiança do mercado chegar aos empresários e à economia real. Isso indica que a economia tende a ter se estabilizado no segundo trimestre e possivelmente volte ao terreno positivo no terceiro trimestre", diz Molan.

Sondagens com empresários da indústria, da FGV, mostram que a confiança melhorou em junho pelo quarto mês seguido. A dos consumidores subiu em maio e em junho. Mas ambas ainda estão abaixo da média histórica.

Outros indicadores subsidiam projeções otimistas. A produção de veículos foi melhor em junho que em maio. A venda de papelão ondulado, utilizado em embalagens, subiu 1,5% em junho, ante maio, o melhor resultado mensal do ano.



Para Solange Srour, economista-chefe da gestora de investimento ARX, existe a percepção de que há uma agenda mais positiva na economia, com o ajuste das contas do governo, concessões e queda da taxa de juros.

"Passado o impeachment [previsto para agosto], o governo tem que fazer andar essa agenda para manter a lua de mel com o mercado", diz ela, que revisou sua projeção deste ano de uma recessão de 3,5% para 3,3%.

Cláudio Considera, da FGV, observa que o monitor do PIB, produzido pela instituição, indica que a economia estagnou nos últimos dois meses, o que, dada a recessão, é um bom sinal. "Estamos no fundo do poço e a indústria dá sinais de melhora", afirma.

## **Governo trabalha com aumento de tributos para engrossar receitas em R\$ 8 bilhões em 2017**

15/07/2016 – O Estado de S. Paulo

Embora o aumento de impostos venha sendo tratado pela equipe econômica como um "plano C", o governo já trabalha com uma receita adicional de R\$ 8 bilhões em 2017, que viria justamente da alta ou da criação de tributos. A cifra está no documento que atualiza a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano que vem, elaborado pelo Ministério da Fazenda. O mesmo documento descarta a recriação da CPMF.

O ofício encaminhado na quarta-feira passada à Comissão Mista de Orçamento (CMO) não detalha de onde viriam esses recursos e indica que isso só será definido com a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2017. "Eles (Executivo) falaram que só vão colocar o detalhamento na proposta orçamentária", disse o relator da LDO 2017, senador Wellington Fagundes (PR-MT).

Procurado, o Ministério do Planejamento informou que o demonstrativo "possui efeito meramente indicativo/informativo e não gera obrigação, determinação ou vinculação para futuras ações de política tributária do governo federal".

No anúncio da nova meta fiscal para o ano que vem, que prevê um rombo de R\$ 139 bilhões, o governo informou que conta com um aumento de R\$ 55 bilhões nas receitas para entregar o resultado. No entanto, o presidente em exercício Michel Temer tem evitado abordar a possibilidade de aumento de tributos abertamente e determinou que a meta fosse fechada sem as "medidas amargas".

Mas a elevação ou criação de impostos não saiu do horizonte da equipe econômica. Em entrevista ao **Estado**, no domingo passado, o ministro da Fazenda disse que o governo tem um "plano A", que é o controle de despesas, um "plano B", que são as privatizações, e um "plano C", o aumento de impostos.

Qualquer proposição nesse sentido, contudo, só deve vir depois da definição do impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff no Senado. O prazo coincide com a data final que o Executivo tem para enviar o projeto de Lei Orçamentária ao Congresso, dia 31 de agosto.

**CPMF.** Ao enviar o ofício, o Planejamento também descartou a previsão de recriar a CPMF, que renderia R\$ 33,24 bilhões ao governo no ano que vem. A proposta havia sido incluída pela equipe de Dilma e mantida pelo relator da LDO em seu parecer, oficializado no domingo. Na terça-feira, o senador Wellington Fagundes solicitou a retirada do imposto do cheque.

Com isso, segundo o senador, o governo não poderá criar novos impostos, apenas mexer em alíquotas de tributos já existentes se quiser reforçar o caixa em 2017. "Engessamos a construção do Orçamento e previmos que não pode colocar como

futura receita o que não existe. Isso descarta, a princípio, a criação de novos impostos. Será possível apenas elevar tributos existentes”, disse.

Nesta quinta-feira, 14, a Comissão Mista do Orçamento aprovou o texto-base da LDO de 2017.

### **Possível alta tributária dificulta plano das empresas e deve elevar custos**

15/07/2016 – Portal Contábil

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, se aprovado, por estabelecer uma meta fiscal rigorosa para as contas públicas do governo federal, poderá resultar em aumento de custos para as empresas brasileiras.

A equipe econômica do governo Temer mantém no horizonte a possibilidade de aumento de impostos para gerar as receitas necessárias. Com isso, o planejamento tributário das empresas fica ainda mais difícil para o curto prazo, com um período estimado de apenas seis meses.

A aprovação do texto base da LDO, feita ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), não só prevê um déficit primário de R\$ 139 bilhões em 2017, como também estima uma margem de expansão das despesas obrigatórias em R\$ 27,3 bilhões, baseada nas expectativas de elevação de alíquotas e crescimento real da atividade econômica brasileira.

Dentro das propostas, no entanto, o relator do documento, Wellington Fagundes, excluiu a previsão da CPMF, que seria responsável por trazer R\$ 33,2 bilhões.

No Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), no entanto, há reduções de R\$ 7 milhões e R\$ 2,02 bilhões, respectivamente.

Segundo João Eloi Olenike, presidente executivo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), os aumentos nos impostos previstos na LDO não somente trarão dificuldades ao planejamento tributário das empresas, que deve iniciar neste semestre, como também pode até “quebrar” as micro e pequenas companhias.

“Essa forma de tributação brasileira é muito confortável para o governo, que bate recordes de arrecadação todo ano e, nesse sentido, ele é mal administrado, principalmente porque cobra em cima do faturamento, quando deveria tributar o lucro.

Isso não dá chance para empresa se desenvolver e produzir riqueza, porque já tira todo o fôlego dela antes mesmo dela ter uma chance”, explica o executivo.

Os especialistas ouvidos pelo DCI ainda destacam que, nesse cenário de dificuldades nas contas públicas, alguns aspectos das mudanças no regime do sistema Simples Nacional (ainda pendente no Congresso), também não estão sendo “vistas com bons olhos” pelo governo Temer.

De acordo com Flavio Paschoa Júnior, advogado sócio do Bighetti Neto e Paschoa Advogados, é o valor mínimo das parcelas, o aumento nos prazos para parcelamento e a alta do piso do sistema para R\$ 4,8 milhões, que aparecem como fatores desfavoráveis “aos olhos” da Receita Federal.

“O prazo para parcelamentos dobrou de 60 para 120 meses e sobre o valor mínimo, para micro empresários é R\$ 120 e, pequenas empresas R\$ 300. Além disso, há um desconto de alíquotas e juros que antes não havia. E, na percepção do governo, a partir do momento em que esse benefício é gerado, há renúncia à geração mais complexa de receita”, explica.

Paschoa afirma, no entanto, que alguns empresários têm argumentado o contrário. "Muitos empreendedores dizem que facilitar o enquadramento, por exemplo, vai aumentar o volume de negócios regularizados e, portanto, contribuintes", completa. As mudanças do regime Simples Nacional estão previstas para entrarem em vigor a partir de 2018.

### **Planejamento**

Os últimos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Impostômetro apontaram, no entanto, que 95% das empresas do País pagam mais tributos do que deveriam.

Segundo Fernando Vaisman, diretor de impostos da Moore Stephens, é por conta da complexidade e do "dinamismo" da legislação, que esses erros acabam acontecendo.

"Muitas vezes, a empresa não tem uma área especializada para cuidar disso. E é preciso uma revisão das políticas e práticas da empresa antes de qualquer coisa, porque seja por falta de entendimento ou de interpretação, isso é algo muito comum", observa.

"Apesar do aspecto negativo de possíveis altas de impostos, juros e inflação, esse pacote fiscal traz benefícios no longo prazo. Agora, as empresas não conseguem definir um planejamento pelas constantes mudanças legislativas, mas a partir que a economia se define e se estabiliza, fica mais fácil imaginar o que fazer", opina o advogado Paschoa.

"É preciso pensar preventivamente, observando com atenção as opções lícitas existentes que permitam o recolhimento de uma tributação menor, principalmente porque há uma linha tênue na Receita sobre o que está ou não dentro da legalidade. Além disso, há a revisão de práticas e interpretações das leis para possíveis erros, e a necessidade de trazer às áreas responsáveis, uma discussão plausível sobre as linhas judiciais e administrativas de determinada incidência tributária", conclui Vaisman.

## **Governo e especialistas discordam sobre vendas de veículos**

15/07/2016 – Exame



Carros: "não tem como chegar a 9% ano que vem. Com sorte (2017) vai ser igual a este ano", afirmou especialista

O governo federal estima que as vendas de veículos no Brasil em 2017 vão crescer 9,2 por cento sobre este ano, segundo documento do Ministério do Planejamento enviado à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

A projeção, se confirmada, representaria significativa virada sobre as expectativas para o mercado de veículos este ano, que deve sofrer a quarta queda consecutiva, recuando 19 por cento sobre o volume comercializado em 2015.

A projeção do governo veio dentro do cenário de crescimento esperado de 1,2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2017, que gerará receitas de 19,8 bilhões de reais por meio de arrecadação, segundo o documento enviado à CMO.

Analistas do mercado de veículos, porém, manifestaram ceticismo sobre a projeção.

"Não tem como chegar a 9 por cento ano que vem. Com sorte (2017) vai ser igual a este ano", afirmou Raphael Galante, consultor para o setor automotivo na empresa de pesquisa de mercado Oikonomia.

"Teoricamente, atualmente estamos chegando na barriga do 'U' e talvez iniciando um certo crescimento, mas ainda não tem confiança (do consumidor), não tem crédito e esses fatores levam tempo para se firmar", acrescentou Galante.

A última vez que o mercado brasileiro de veículos se aproximou de um crescimento de 10 por cento foi em 2010, quando foram vendidos 3,5 milhões de unidades.

Para o gerente de desenvolvimento de negócios da consultoria Jato Dynamics, especializada no mercado de automóveis, Milad Kalume Neto, o mercado interno deve começar a reverter apenas a partir de 2018.

"Difícilmente as vendas do ano que vem vão passar das 2 milhões de unidades (esperadas para 2016)", disse Neto. "Estamos vindo de uma base muito fraca, com economia desestabilizada e desemprego elevado", acrescentou.

Segundo Neto, uma recuperação das vendas mais significativa deve ocorrer apenas ao longo dos próximos anos e a produção poderia retomar o pico atingido de 3,7 milhões de unidades, visto em 2013, apenas em 2021 ou 2022. A expectativa da indústria para a produção de veículos este ano é de queda de 5,5 por cento, a 2,3 milhões de unidades.

De acordo com projeções do Bradesco, o mercado de veículos do Brasil deve ter vendas de 2,140 milhões de unidades em 2017, o que representaria crescimento de cerca de 2 por cento sobre 2016. Para 2018, a expectativa é de vendas de 2,22 milhões de veículos, alta de 4 por cento.

Procuradas, as associações que representam a indústria (Anfavea) e os concessionários de veículos (Fenabreve) não puderam comentar o assunto de imediato.

## **6 carros movidos a energia solar que estão prestes a ganhar as ruas**

15/07/2016 – Gazeta do Povo



A ideia de um carro movido à energia solar não é nova. Em diversos países, ela já inspirou protótipos feitos por empresas e universidades. A cada dois anos, muitas dessas criações se reúnem em outubro na Austrália, no World Solar Challenge (Desafio Solar Mundial). São mais de três mil quilômetros percorridos por protótipos feitos por grupos escolares, universitários ou empresariais.

A novidade é que, talvez mais rápido do que se espera, esses veículos devem conquistar o mercado e ganhar as ruas. Seis modelos estão prestes a fazer isso. As montadoras só esperam a redução dos preços das baterias para impulsionar as vendas.

A chinesa Hanergy, por exemplo, já tem quatro modelos prontos para chegar ao mercado. A produção de todos deve começar dentro de dois ou três anos. Até lá,

espera a companhia, os valores das baterias de íon-lítio poderão ter recuado até 90% em comparação aos preços praticados hoje em dia.

O teto e o capô dos veículos são cobertos por células solares leves, flexíveis e, segundo a Hanergy, com a melhor taxa de conversão de energia do mundo. De toda a porção luminosa captada pelas estruturas, 31,6% vão direto para a bateria.

A marca é a mais alta registrada até agora e, em janeiro deste ano, foi reconhecida pelo Laboratório de Energia Renovável dos Estados Unidos. A expectativa da fábrica é de que, até 2025, o índice aumente para 42%, quando os carros solares se tornarão economicamente viáveis.

Os modelos não emitem nenhum composto nocivo à qualidade do ar, nem são completamente dependentes de correntes elétricas para funcionar. Um deles roda até 80 Km/h somente com a energia fornecida pelo sol. Em dias com pouca luminosidade, a noite e em viagens mais longas, baterias elétricas fornecem até 350 quilômetros de autonomia aos veículos. Os preços das novidades ainda não são conhecidos.

***Veja detalhes sobre essas e outras novidades que podem cruzar seu caminho:***

### **1 – Hanergy Solar L**

Lembra uma minivan. Com portas asa-de-gaivota, tem um teto longo, com seis metros de comprimento, completamente coberto por células solares. O carro pesa só 700 quilos graças à estrutura em fibra de carbono. O painel é uma grande tela digital.



### **2 – Hanergy Solar O**

A opção lembra o BMW i3. Tem o para-brisa bem inclinado e estreito. Somente o uso da energia solar confere à opção autonomia de 50 a 60 quilômetros.



### **3 – Hanergy Solar A**

O modelo pode rodar até 80 quilômetros com a energia do sol. Para recarregar toda a bateria, precisa ficar de seis a oito horas exposto à luminosidade, no entanto, as placas do veículo podem ser estendidas quando ele estiver parado para garantir um carregamento mais rápido. As janelas do Solar A também podem ser usadas como painéis extras.





#### **4 – Hanergy Solar R**

É um cupê com estilo esportivo, com quatro portas e dois motores elétricos. As células solares do capô fornecem energia ao motor do eixo dianteiro e as do teto, aos do traseiro.



#### **5 – Immortus**

No início deste ano, a australiana EVX Ventures apresentou o esportivo que, em dias de sol, é capaz de acelerar de zero a 100 Km/h em menos de sete minutos. Com apenas 550 quilos e cinco metros de comprimento, ele é feito de fibra de carbono, movido também à eletricidade e tem capacidade para percorrer, a noite, até 550 quilômetros a uma velocidade média de 85 Km/h. No fim deste ano, o modelo deve ser lançado para comercialização. Por enquanto, a perspectiva da EVX Ventures é produzir apenas 100 unidades, a preço ainda não divulgado.



#### **6 – Toyota Prius**

O modelo da Toyota movido à gasolina e eletricidade é apontado, desde 2010, como um ícone dos automóveis híbridos. Agora, a montadora se prepara para ampliar as vendas do novo Prius com teto revestido de painéis solares. Elas convertem energia luminosa em eletricidade numa porção suficiente para recarregar a bateria do veículo e ainda manter em funcionamento ar-condicionado, vidros elétricos e as lâmpadas do carro. A versão começará a ser vendida no Japão e, depois, em alguns estados norte-americanos. Com a redução dos preços, a fabricante espera expandir as vendas.





## **Economista defende reforma tributária para gerar empregos no setor produtivo**

15/07/2016 – Agência Câmara dos Deputados

Em audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o economista Newton Marques defendeu a criação de um tributo que substitua a maioria daqueles existentes e, como resultado, permita um maior número de contratações pelos empresários.

“A partir do momento em que não tem todo o imposto sobre a folha de pagamento, os empresários vão admitir mais gente. Porque, hoje, o que impede o empresário de contratar são os encargos da folha de pagamento. Então a gente consegue resolver o problema da previdência e resolver o problema da arrecadação”, declarou Marques.

O secretário de Fazenda do Distrito Federal, João Fleury, concordou que é preciso simplificar a tributação, mas defendeu prioridade para um novo pacto federativo. “Eu entendo que, neste momento de grande crise, os estados, os municípios e o governo federal têm que se unir para buscar uma solução que possa beneficiar a sociedade. Nós temos que buscar primeiro uma distribuição, temos que primeiro discutir o pacto federativo”, afirmou.

“A União vai ter que abrir mão de parte dos recursos porque hoje ela concentra quase 70% desses impostos, então vai ter que haver uma distribuição muito mais justa”, disse Fleury.

### **Pauta urgente**

Para o deputado Izalci (PSDB-DF), autor do requerimento para a realização da audiência pública, é fundamental que o governo federal coloque a reforma tributária como uma pauta urgente, já que o sistema atual está esgotado.

“Todo mundo reconhece que o nosso sistema se exauriu. Chegamos no fundo do poço com a carga tributária altíssima e não temos, em contrapartida, os serviços de qualidade. Então a gente precisa chegar em um consenso, discutir o pacto federativo e definir um novo sistema que seja simplificado e transparente”, disse Izalci.

No modelo apresentado, o chamado Imposto sobre Movimentação Financeira (IMF) teria inicialmente uma alíquota de 4% que seria gradualmente reduzida a 2,5%. O Imposto de Renda seria substituído pelo Ajuste Anual de Renda para pessoas físicas e jurídicas. Seria uma tabela progressiva com maior número de faixas que a atual.

## **Artigo: Lucro não é capricho**

15/07/2016 – Folha de S. Paulo

Com um programa de contenção do gasto fiscal embaixo do braço e a promessa de implantar reformas essenciais para modernizar a gestão do setor público, valorizando cada centavo tirado do contribuinte, é tempo de o governo de Michel Temer dar outro passo e começar a formular o crescimento movido a investimento –marco crucial para o desenvolvimento sustentado e a eliminação do para-anda da economia.

A tênue reocupação da capacidade produtiva tornada ociosa devido à recessão é um evento promissor, se mantida depois do desfecho do processo de impeachment e, sobretudo, o ajuste fiscal for conduzido com afinco e priorizar a revisão de subsídios e desonerações antes de se discutir eventual aumento de impostos.

Confiança é o principal impulso para o fim do ciclo recessivo na economia. Mas a volta do crescimento sustentado, refluindo a maré do desemprego e da renda cadente, depende de mais reformas e ação.

Sem um movimento forte de inversão privada, inclusive na execução de obras e serviços que os governos estão impedidos de fazer pela restrição orçamentária, o crescimento será como o voo da galinha a que se referem os economistas. É impensável tal cenário, tanto por agravar os ônus sociais como por retardar a necessária normalidade econômica para fechar o déficit fiscal. O que não se deve ignorar?

O lucro das empresas. É dele que sai a maior parte da poupança que custeia os investimentos em máquinas, equipamentos e edificações –alavancas da produção industrial, agrícola e de serviços, além da infraestrutura de logística, de energia e da inovação tecnológica.

Sem lucro razoável, ou superavit no caso dos orçamentos públicos, o investimento não avança. E, sem as inversões privadas e públicas, o crescimento econômico e a distensão social se dissolvem no ar.

Na média dos últimos 12 anos, segundo o Cemec (Centro de Estudos do Mercado de Capitais), 51% dos investimentos de empresas e famílias foram bancados com recursos próprios (de lucros retidos e poupança). Em 2015, essa fonte caíra a 43%, vindo a seguir investimento estrangeiro (28%) e, bem abaixo, crédito a juro subsidiado do BNDES (11%). Para o senso comum, essa ordem seria inversa, imputando-se ao BNDES papel maior do que possui.

É o lucro a variável relevante a impulsionar tanto o investimento como o crescimento econômico e a renda da sociedade. E o que ocorre com o lucro? Encolheu e entrou em território negativo. Ele se forma pela simbiose do faturamento com a rentabilidade de cada venda.

A habilidade produtiva está em gerar vendas ao menor custo. Ou, de outro modo, expandir a margem de lucro por unidade vendida. Aí está o problema. A margem líquida, segundo estudo do Iedi, despencou de 12,8% em 2010 (numa amostra das maiores empresas abertas e fechadas do país) para 3,9% em 2013 e -3,7% (ou seja, prejuízo) em 2015.

Em termos globais, o lucro anualizado de nossas empresas, segundo o JPMorgan, recuou 80% de meados de 2012 a abril. E a margem de lucro em relação às receitas caiu de 15,2%, em 2007, para 2,4%, em 2015 –abaixo da média global (7,8%), dos países desenvolvidos (6,8%), dos emergentes (9,6%) e do México (6,5%).

Nossas empresas, por tal ótica, encolhem há nove anos. Não há como a economia aguentar tamanho retrocesso, fruto de políticas erradas e de deficit que inflam a dívida pública, cujo custeio enxuga 72% dos fluxos financeiros do país e torna o crédito absurdamente caro.

Este Brasil, para ter futuro, precisa rever a incompreensão sobre a função social do lucro. Não se trata de fetiche capitalista.

### **Crise dos Correios pode deixar cartas mais caras**

15/07/2016 – Folha de S. Paulo

Dentro da estratégia para tentar sanear as finanças dos Correios, a nova administração da estatal estuda acabar com o que chama de subsídio a tarifas da empresa, medida que deve mexer no bolso de quem usa regularmente os serviços postais.

A **Folha** apurou que a estatal, agora sob o comando de Guilherme Campos, negocia com o Ministério da Fazenda a possibilidade de uma revisão extraordinária de tarifa até o fim deste ano.

Há o diagnóstico de que os preços cobrados pelo serviço de envio de cartas estão aquém do necessário para garantir equilíbrio financeiro à operação. Mesmo após o reajuste promovido no mês passado, de 10,7%, as tarifas ainda estão cerca de 10% abaixo do limite mínimo para garantir lucratividade.

Com isso, outros serviços da empresa, principalmente a entrega de encomendas, compensam parte do prejuízo gerado pela entrega de cartas. Daí, o entendimento de que há um subsídio nessa operação.

A administração dos Correios acredita que a base de clientes, especialmente os corporativos, é sólida e a demanda se manteria apesar de uma elevação de preços. Além disso, o serviço postal é um monopólio garantido pela Constituição ao Estado. Oficialmente, a empresa afirma que, "no momento, não há a previsão de novo reajuste em 2016".

Procurados pela reportagem, os Correios responderam que "não há relação entre a lucratividade no serviço de cartas e o correspondente volume de objetos entregues, o qual se mantém estável".

### **OUTROS PROBLEMAS**

Além de não ter retorno financeiro na operação postal, a empresa enfrenta problemas com o fundo de pensão de seus funcionários, o Postalis, e com a sociedade que mantém com o Banco do Brasil no Banco Postal.

O fundo para pagar as aposentadorias acumulou um rombo de R\$ 7 bilhões em 2015, e os Correios devem ter que ajudar a tapar o buraco.

Já no Banco Postal, os Correios buscam um novo parceiro, pois o BB acenou que poderá deixar a sociedade. Sem o novo sócio, a estatal teria que arcar sozinha com os prejuízos da subsidiária: de R\$ 2,1 bilhões só em 2015.

Em meio a esses imbróglios, acabar com o subsídio no principal serviço da estatal é considerado pela cúpula uma premissa básica para recuperar as finanças.

A principal explicação para as dificuldades financeiras da estatal está no crescimento das despesas, e não na queda das receitas.

Entre os fatores que pesam na conta estão os aumentos salariais para os funcionários. Os Correios estão entre os principais empregadores estatais, com aproximadamente 120 mil trabalhadores.

Embora as receitas ainda cresçam, baseadas principalmente no segundo maior serviço da empresa, a entrega de encomendas, o ritmo está aquém da alta de custos.

Desde 2010, o crescimento médio real (descontada a inflação) das receitas foi de 1% ao ano, enquanto os salários subiram mais de 2% ao ano.

Para tentar retomar a lucratividade, o plano não se resume à elevação de tarifas. Entre as medidas estão cortes em gastos de custeio, como a revisão de contratos de aluguel, fechamento de agências com baixo movimento aos sábados e entrada no mercado de telefonia móvel.

**País precisa de logística adequada para diminuir custos, diz Moreira Franco**

15/07/2016 – Paraná Online

O secretário-executivo do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), Moreira Franco, afirmou nesta quinta-feira, 14, que é necessário construir uma rede de logística que permita a diminuição de custos do País, sinalizando que as próximas

concessões de infraestrutura terão esse objetivo em mente. "Nós perdemos a qualidade de produção de projetos, não temos projetos adequados. O Brasil não tem um banco de projetos", disse Moreira, durante evento promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Segundo o secretário-executivo, a falta de projetos adequados aparece como empecilho para a elaboração do plano de concessões. "Estamos trabalhando para restabelecer, no orçamento do governo, recursos públicos que sejam destinados à elaboração de projetos."

Moreira ainda afirmou que o governo trabalha com a expectativa de apresentar uma agenda na primeira reunião do Conselho do PPI, em agosto. "Nós temos uma proposta de colocar uma licitação de uma ferrovia e, ao mesmo tempo, na mesma licitação, dois pontos portuários, para que se possa começar a ter filosofia distinta da praticada até agora". No entanto, Moreira não deu detalhes sobre quando o edital dessa e de outras licitações serão lançados.

O secretário-executivo do PPI ainda ressaltou que o governo trabalha para resolver problemas no plano do crédito às concessões de infraestrutura, afirmando que o BNDES não poderá desempenhar o mesmo papel cumprido na última etapa. "Estamos trabalhando para estruturar uma modelagem que seja eficaz e abra um ambiente concorrencial, que traga bancos comerciais e estrangeiros e crie um ambiente de negócios capaz de gerar confiança."

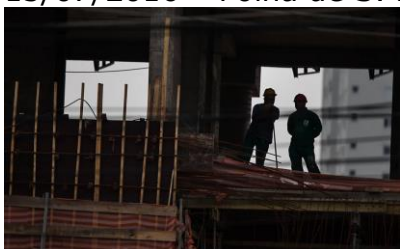
### **Licitações**

Moreira Franco ainda afirmou que o País precisa dispor de uma Lei de Licitações que seja "compreensível". "Precisamos juntar todas as iniciativas, interpretações dos órgãos de controle, Poder Judiciário, e consolidar tudo numa lei que seja eficaz."

O secretário-executivo ainda se disse aberto a sugestões do empresariado em relação à consolidação de uma Lei das Licitações. "O ambiente, hoje, é muito favorável a isso."

## **Sinais mistos sobre a economia indicam saída da recessão**

15/07/2016 – Folha de S. Paulo



A divulgação de sinais ora positivos, ora negativos, tem levado analistas a acreditar que a economia caminha rumo à saída da recessão.

O indicador que monitora a atividade econômica, calculado pelo BC e divulgado nesta quinta (14), seguiu com sinal negativo: queda de 0,51% em maio, ante abril.

Mas a ladeira já foi mais íngreme, avaliam economistas, o que indica que o fundo do poço está próximo, e a recessão, perto do fim.

Maio foi um mês ruim para alguns setores da economia: as vendas do varejo recuaram 1% ante abril, o setor de serviços murchou 0,1%.

Nada fora do programa, segundo o economista-chefe do Santander, Maurício Molan. "Com a depreciação do câmbio [o real caiu ante ao dólar] e a piora do mercado de trabalho, a retomada das exportações e dos investimentos sairá na frente da do consumo", diz.

"A indústria e o setor agrícola se recuperarão antes dos serviços. É o script da retomada", acrescenta.

Algumas evidências deixam o economista mais seguro da retomada. A principal delas é a confiança de investidores, empresários e consumidores.

Segundo Molan, a confiança apareceu primeiro nos indicadores financeiros. A Bolsa acumula alta de quase 30% neste ano, o risco-país cedeu de um patamar próximo de 500 em janeiro para 292 pontos, e a taxa de juros de longo prazo (com vencimento em 2021) caiu de 16,5% para 12,5% ao ano.

Isso faz com que o custo financeiro das empresas diminua e aumente a sensação de riqueza entre os investidores do mercado financeiro.

"O padrão histórico mostra que leva de três a seis meses para a confiança do mercado chegar aos empresários e à economia real. Isso indica que a economia tende a ter se estabilizado no segundo trimestre e possivelmente volte ao terreno positivo no terceiro trimestre", diz Molan.

Sondagens com empresários da indústria, da FGV, mostram que a confiança melhorou em junho pelo quarto mês seguido. A dos consumidores subiu em maio e em junho. Mas ambas ainda estão abaixo da média histórica.

Outros indicadores subsidiam projeções otimistas. A produção de veículos foi melhor em junho que em maio. A venda de papelão ondulado, utilizado em embalagens, subiu 1,5% em junho, ante maio, o melhor resultado mensal do ano.

Para Solange Srour, economista-chefe da gestora de investimento ARX, existe a percepção de que há uma agenda mais positiva na economia, com o ajuste das contas do governo, concessões e queda da taxa de juros.

"Passado o impeachment [previsto para agosto], o governo tem que fazer andar essa agenda para manter a lua de mel com o mercado", diz ela, que revisou sua projeção deste ano de uma recessão de 3,5% para 3,3%.

Cláudio Considera, da FGV, observa que o monitor do PIB, produzido pela instituição, indica que a economia estagnou nos últimos dois meses, o que, dada a recessão, é um bom sinal. "Estamos no fundo do poço e a indústria dá sinais de melhora", afirma.

## **"Efeito Temer" ainda tem influência limitada sobre a economia**

15/07/2016 – Gazeta do Povo



Dois meses após a mudança de governo, iniciada com a aceitação do processo de impeachment contra Dilma Rousseff no dia 11 de maio pelo Senado, o "efeito Temer" sobre a economia foi levemente positivo, embora limitado e bastante ajudado por fatores externos.

A mudança mais clara está na reação dos mercados. De 11 de maio a 14 de julho, a Bovespa teve uma valorização de 5,1%, atingindo seu nível mais alto em mais de um ano. O real continuou sua onda de valorização, iniciada já antes da votação no Senado.

A cotação do dólar é hoje 5,5% menor do que em maio, sendo cotado na casa dos R\$ 3,25.

A mudança de governo ainda não mexeu de forma consistente nas expectativas de médio prazo no mercado. A projeção para a variação do PIB neste ano era de uma retração de 3,6% neste ano, segundo o relatório Focus (pesquisa do Banco Central com agentes financeiros) publicado na semana da votação no Senado. Dois meses depois, o número melhorou para uma queda de 3,3%. Para 2017, a projeção ficou parada em crescimento de 1%, embora já haja gente falando em alta de até 2%.

Para a inflação, a percepção é de que o número de 2016 já está comprometido – a expectativa era de 7,19% para o IPCA há dois meses, e ela subiu para 7,26% na última pesquisa Focus.

Para 2017, a expectativa caiu de 5,5% para 5,4%, número ainda bem acima da intenção do novo presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, de colocar o IPCA no centro da meta de 4,5% no ano que vem. A mudança no BC, inclusive, provocou uma alteração na percepção de tendência para a taxa básica de juros. O mercado passou a esperar que ela fique alta por mais tempo e caia mais rapidamente em 2017.

Nos últimos dois meses, a leve melhora de percepção do mercado foi ajudada por fatores fora da política. A divulgação do PIB do primeiro trimestre, melhor do que o esperado, fez muitos bancos recalcularem suas projeções para este ano.

No front externo, apesar da inesperada aprovação do Brexit, os investidores ficaram aliviados com a postergação da alta de juros nos Estados Unidos e com a aparente melhora no desempenho da economia chinesa. Nem mesmo uma nova preocupação com os bancos italianos prejudicou o apetite por investimentos em mercados mais arriscados, como o Brasil.

Uma mudança mais acentuada de percepção sobre o desempenho da economia do país ainda depende da apresentação do detalhamento de reformas que o novo governo promete encaminhar. Muitas delas só devem andar depois que o Congresso votar o afastamento definitivo de Dilma Rousseff.

Mas houve nos últimos dias um sinal claro de confiança na nova equipe econômica, que apresentou sem grande polêmica uma proposta de orçamento com déficit de R\$ 139 bilhões para 2017. Há apenas um ano, um projeto com rombo de R\$ 30 bilhões causou um mal-estar que culminou com a saída do então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, no fim de 2015.

## **FMI deve abaixar perspectiva de crescimento global em 2016**

15/07/2016 – Exame



Washington - A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, sinalizou hoje que o relatório sobre as perspectivas econômicas globais, que será publicado na semana que vem, de trazer um rebaixamento do crescimento mundial.

"Eu tenho pouquíssima esperança de que ele será revisado para cima, e bastante receio de que a revisão seja para baixo", afirmou a dirigente nesta quinta-feira.



Em abril, o fundo estimou que o crescimento global seria algo como 3,2%. Mas a surpresa com a decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia, levando a volatilidades no câmbio e incertezas no mercado financeiro, pode prejudicar ainda mais um cenário já frágil.

Os comentários de Largarde indicam uma redução da perspectiva de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial de 3,2% para algo como 3,1% ou até 3,0%.

## **Possível alta tributária dificulta plano das empresas e deve elevar custos**

15/07/2016 – Exame



Ante crise nas contas públicas, mudanças no Simples Nacional podem impulsionar um aumento de alíquotas em 2017. Neste cenário, foco do governo em micro e pequenos negócios diminuirá – Foto: Divulgação

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, se aprovado, por estabelecer uma meta fiscal rigorosa para as contas públicas do governo federal, poderá resultar em aumento de custos para as empresas brasileiras.

A equipe econômica do governo Temer mantém no horizonte a possibilidade de aumento de impostos para gerar as receitas necessárias. Com isso, o planejamento tributário das empresas fica ainda mais difícil para o curto prazo, com um período estimado de apenas seis meses.

A aprovação do texto base da LDO, feita ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), não só prevê um déficit primário de R\$ 139 bilhões em 2017, como também estima uma margem de expansão das despesas obrigatórias em R\$ 27,3 bilhões, baseada nas expectativas de elevação de alíquotas e crescimento real da atividade econômica brasileira.

Dentro das propostas, no entanto, o relator do documento, Wellington Fagundes, excluiu a previsão da CPMF, que seria responsável por trazer R\$ 33,2 bilhões.

No Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), no entanto, há reduções de R\$ 7 milhões e R\$ 2,02 bilhões, respectivamente.

Segundo João Eloi Olenike, presidente executivo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), os aumentos nos impostos previstos na LDO não somente trarão dificuldades ao planejamento tributário das empresas, que deve iniciar neste semestre, como também pode até “quebrar” as micro e pequenas companhias.

“Essa forma de tributação brasileira é muito confortável para o governo, que bate recordes de arrecadação todo ano e, nesse sentido, ele é mal administrado, principalmente porque cobra em cima do faturamento, quando deveria tributar o lucro. Isso não dá chance para empresa se desenvolver e produzir riqueza, porque já tira todo o fôlego dela antes mesmo dela ter uma chance”, explica o executivo.

Os especialistas ouvidos pelo DCI ainda destacam que, nesse cenário de dificuldades nas contas públicas, alguns aspectos das mudanças no regime do sistema Simples Nacional (ainda pendente no Congresso), também não estão sendo “vistas com bons olhos” pelo governo Temer.

De acordo com Flavio Paschoa Júnior, advogado sócio do Bighetti Neto e Paschoa Advogados, é o valor mínimo das parcelas, o aumento nos prazos para parcelamento e a alta do piso do sistema para R\$ 4,8 milhões, que aparecem como fatores desfavoráveis “aos olhos” da Receita Federal.

“O prazo para parcelamentos dobrou de 60 para 120 meses e sobre o valor mínimo, para micro empresários é R\$ 120 e, pequenas empresas R\$ 300. Além disso, há um desconto de alíquotas e juros que antes não havia. E, na percepção do governo, a partir do momento em que esse benefício é gerado, há renúncia à geração mais complexa de receita”, explica.

Paschoa afirma, no entanto, que alguns empresários têm argumentado o contrário.

“Muitos empreendedores dizem que facilitar o enquadramento, por exemplo, vai aumentar o volume de negócios regularizados e, portanto, contribuintes”, completa. As mudanças do regime Simples Nacional estão previstas para entrarem em vigor a partir de 2018.

### **Planejamento**

Os últimos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Impostômetro apontaram, no entanto, que 95% das empresas do País pagam mais tributos do que deveriam.

Segundo Fernando Vaisman, diretor de impostos da Moore Stephens, é por conta da complexidade e do “dinamismo” da legislação, que esses erros acabam acontecendo.

“Muitas vezes, a empresa não tem uma área especializada para cuidar disso. E é preciso uma revisão das políticas e práticas da empresa antes de qualquer coisa, porque seja por falta de entendimento ou de interpretação, isso é algo muito comum”, observa.

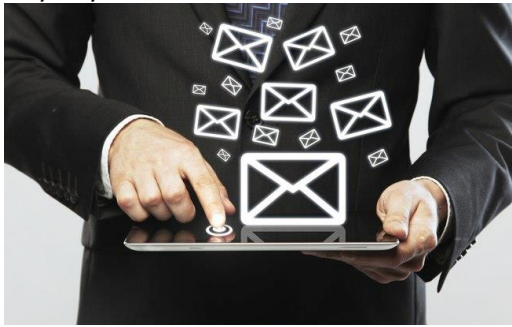
“Apesar do aspecto negativo de possíveis altas de impostos, juros e inflação, esse pacote fiscal traz benefícios no longo prazo. Agora, as empresas não conseguem definir um planejamento pelas constantes mudanças legislativas, mas a partir que a economia se define e se estabiliza, fica mais fácil imaginar o que fazer”, opina o advogado Paschoa.

“É preciso pensar preventivamente, observando com atenção as opções lícitas existentes que permitam o recolhimento de uma tributação menor, principalmente porque há uma linha tênue na Receita sobre o que está ou não dentro da legalidade.

Além disso, há a revisão de práticas e interpretações das leis para possíveis erros, e a necessidade de trazer às áreas responsáveis, uma discussão plausível sobre as linhas judiciais e administrativas de determinada incidência tributária”, conclui Vaisman.

## **Golpe do e-mail provoca estrago financeiro nas PMEs**

15/07/2016 – Portal Contábil



Os golpes por e-mails já provocaram, de acordo com dados do FBI, dos Estados Unidos, um prejuízo de mais de US\$ 3 bilhões nos últimos três anos, com mais de 22 mil vítimas no mundo, revela estudo da Symantec. De acordo com as empresas, os golpes por e-mails que simulam compromissos comerciais, também conhecidos como fraude de CEOs, seguem sendo um transtorno para empresas em 2016.

Essas fraudes, de baixa tecnologia, usam um artifício muito simples, que consiste no envio de e-mails de CEOs, falsificados, para a equipe financeira da empresa, solicitando transferências de grandes somas de dinheiro.

Mesmo exigindo pouca experiência e habilidade, recompensas financeiras para fraudadores podem ser elevadas. Um fabricante austríaco da área aeroespacial recentemente demitiu seu presidente e CFO depois dele perder quase US\$ 50 milhões para os cibercriminosos.

De acordo com a Symantec, as PMEs são as mais visadas, com quase 40% das vítimas identificadas. Em seguida, aparece o setor financeiro, com 14% das vítimas. Apesar dessa constatação, a escolha das organizações alvo para os ataques parecem ser bastante aleatórias. Em média, mais de 400 empresas são atingidas por esses golpes diariamente, nas quais pelo menos dois indivíduos – provavelmente da área financeira – receberão um e-mail falso.

O relatório mostra também que, embora existam diversos grupos por trás dos golpes, há um dominante, responsável por aproximadamente 12% dos e-mails falsos observados na pesquisa. Nos últimos dois meses, esse grupo obteve acesso a pelo menos 68 contas de e-mails legítimos, direcionados a mais de 2,7 mil empresas, e usou 147 contas de e-mail para contatar as vítimas.

A pesquisa mostra o comportamento dos cibercriminosos, que atuam basicamente de segunda a sexta-feira, em horário comercial, pois sabem que é neste período que a maioria das empresas trabalha e, mais importante, realiza as transações financeiras.

O disparo de e-mails falsos começa por volta das 7h e vai até às 18h, com pausa no horário de almoço.

## **Estudo revela falta de preparo de lideranças ao lidar com crise**

15/07/2016 – Portal Contábil

A maioria (76%) dos membros de conselhos de empresas ao redor do mundo acreditam na habilidade de suas organizações para identificar e lidar com situações de crise, porém apenas 49% afirmam que suas organizações têm aptidão ou processos prontos para de fato lidar com uma crise e colocar em prática a melhor solução possível aos problemas apresentados. Os dados são da pesquisa global "A Crisis of Confidence", desenvolvida pela Deloitte em parceria com a Forbes Insights.

Realizada com o objetivo de avaliar o estado de prontidão a crises nas grandes organizações, o estudo contou com a participação de mais de 300 membros de conselhos de empresas representando os principais segmentos do mercado, assim como todas as regiões geográficas.

“A maioria dos negócios vai enfrentar uma crise em algum momento. É uma questão de quando, e não de ‘se’”, diz Peter Dent, líder do Centro Global para Gestão de Crises da Deloitte.

“Membros de conselho devem conversar com seus gestores para garantir que o conhecimento dos riscos que podem deixar uma organização vulnerável a uma crise seja de conhecimento comum aos funcionários das corporações. Assim como é importante saber solucionar um problema, é fundamental fortalecer os sistemas utilizados para detectá-los e prevê-los”, afirma.

Para Camila Araújo, líder do Centro de Governança Corporativa da Deloitte, a situação das grandes companhias brasileiras acompanha as tendências globais. “Com base na margem de membros de conselhos de empresas nacionais entrevistados na pesquisa, pudemos observar a mesma disparidade entre percepção da crise e preparação para lidar com ela”, comenta.

“É claro que consciência da crise, preparação e resiliência para lidar com ela precisam ser tópicos de discussão proeminentes dentro da diretoria das empresas. Enquanto a abordagem do problema pode mudar dependendo da companhia, nenhum conselho deve subestimar a necessidade de preparação para lidar estes desafios”, afirma Dent.

#### PRINCIPAIS PONTOS DETECTADOS PELA PESQUISA:

##### Distinção entre se sentir preparado e estar preparado:

76% acreditam que suas companhias responderiam de maneira efetiva se uma crise ocorresse agora. No entanto, somente 49% dos entrevistados dizem que suas companhias iniciaram monitoramento ou comunicação interna para detectar problemas futuros ou que possuem guias preparatórios e de processos para possíveis cenários de crises. O percentual dos que afirmam que as empresas já realizaram simulações de crises ou treinamentos, é ainda menor: 32%.



Membros do conselho não estão engajados com a gestão: menos da metade dos participantes da pesquisa (49%) iniciou contato com áreas de gestão para entender o que vem sendo feito para suportar crises.

Recuperação lenta: apenas 30% dos membros de conselho entrevistados, que tiveram suas organizações atingidas por uma crise, dizem que suas reputações foram reconquistadas em menos de um ano. Desses, 16% afirmam levar quatro anos ou mais para tal recuperação.



Situações que possam provocar danos para a reputação da corporação foram apresentadas como a maior área de vulnerabilidade: os pontos que os fazem sentir mais vulneráveis são: a reputação corporativa (73%), seguida por crimes cibernéticos (70%) e rumores/especulações (68%).

Falhas entre vulnerabilidade e preparação: quando questionados sobre áreas específicas de gestão de crises, membros do conselho preocuparam-se mais em identificar suas vulnerabilidades do que desenvolver um plano para lidar elas. Já que 73% nomearam reputação como uma vulnerabilidade, mas apenas 39% disseram possuir um plano para mantê-la segura.

